



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE - CMA

SF/19523.09378-51 (LexEdit)

Senhor Ministro,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Cesar Pontes, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a demissão do diretor presidente do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, Dr Ricardo Magnus Osório Galvão e sobre o futuro do órgão.

JUSTIFICAÇÃO

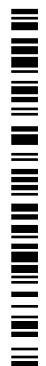
As circunstâncias que marcam a demissão do diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE do cargo que ocupava desde 2016, e cujo mandato iria até 2020, precisam ser adequadamente esclarecidas. O decreto Nº 9.727, de 15 de Março de 2019, estabelece como condição para ocupar cargos na administração pública, a observância dos critérios de inelegibilidade constantes na Lei da Ficha Limpa: idoneidade moral, reputação ilibada e perfil profissional ou formação acadêmica compatível. Ao que consta, tanto o perfil quanto o currículo do Dr. Ricardo Galvão excedem, em muito, os requisitos estabelecidos nas normas em relação ao cargo que exercia. Dr. Ricardo Magnus Osório Galvão

é físico e engenheiro, professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo e membro da Academia Brasileira de Ciências. Cientista premiado internacionalmente, sua gestão à frente do INPE era altamente valorizada pelos servidores do órgão, usuários e pela comunidade científica em geral.

Ao longo dos últimos meses, acusações sem nenhuma comprovação foram feitas por diversas autoridades do governo contra o Instituto e contra o diretor Ricardo Galvão. É possível depreender que o objetivo dessas declarações era desqualificar o trabalho de monitoramento do desmatamento da Amazônia, realizado pelo órgão, além de intimidar o diretor e a equipe técnica. Em 03/06/2019, matéria do jornal Folha de São Paulo traz afirmação do ministro Ricardo Salles de que "o INPE é o culpado pela ineficácia do governo em deter o desmatamento da região amazônica". Em 03/07/2019, o INPE divulgou que em junho de 2019, em relação a junho de 2018, houve um aumento de 88% do desmatamento da Floresta Amazônica. No mesmo dia, em reação ao anúncio, o Ministro Augusto Heleno afirmou em entrevista concedida à BBC News que "esses dados de desmatamento são manipulados." O presidente Jair Bolsonaro, por sua vez, reagiu em 19/07/2019, acusando o diretor do Instituto de mentir e de agir "a serviço de uma ONG". Em nota publicada em 22/07/2019, o ministro Marcos Pontes declarou compartilhar da "estranheza expressa pelo nosso presidente Bolsonaro" com relação aos dados publicados pelo INPE.

Ao tentar desqualificar os dados do INPE, o governo procura ocultar do conhecimento público o efeito que suas políticas anti-ambientais vêm provocando na Amazônia. Os alertas feitos pelo INPE, sobre o crescimento do desmatamento, representam também uma contundente advertência quanto ao rumo equivocado que o governo está tomando na área ambiental. A paralisação

de políticas eficientes e bem estruturadas como o Plano de Combate ao Desmatamento da Amazônia (PPCDAM) - que vinha sendo implementado desde 2004 e que reduziu as taxas de desflorestamento da Amazônia em mais de 80% até 2012 -, e o abandono da Política Nacional de Mudanças do Clima (PNMC) está entre as principais causas da explosão do desmatamento do bioma.



SF/19523.09378-51 (LexEdit)

Outro aspecto extremamente preocupante e de enorme impacto para a proteção da Amazônia e dos demais biomas, e para a reputação e perspectivas diplomáticas e comerciais do país, refere-se aos planos que estão sendo traçados para o INPE após essa abrupta remoção do Diretor do Instituto. O ministro Marcos Pontes precisa esclarecer muitos aspectos relacionados a essa questão. Por exemplo, se o INPE continuará a ser o responsável pela geração dos dados oficiais sobre o desmatamento da Amazônia; se haverá algum tipo de mudança no programa PRODES (que gera as taxas anuais de desmatamento) e no programa DETER (que produz alertas mensais sobre a ocorrência dos desmatamentos); se os recursos para que o Instituto continue esse importante trabalho estão assegurados; se haverá mudanças na sistemática de anúncio dos dados produzidos pelo Instituto e se haverá mudança na política de transparência e participação da sociedade nos trabalhos que o órgão executa. É fundamental, ainda, esclarecer quais critérios serão adotados para a escolha do novo diretor da instituição.

Sobre a demissão do diretor, o Ministério Público Federal destacou, em nota publicada no dia 02 deste mês, que “os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais são de extremo rigor científico e gozam de prestígio e reconhecimento internacionais”. A nota destaca também que as aferições do desmatamento na Floresta Amazônica e os laudos, produzidos

há longos anos, “são totalmente confiáveis, e cientificamente inatacáveis” e que “é inaceitável que eventual inconformismo com a exposição de dados oficiais que, por força de comando constitucional, são públicos e desvelam quadro de sensível aumento no desmatamento, possa justificar a descontinuidade de serviços e ações de interesse do Estado brasileiro”. Por fim, declara que o desmatamento da Amazônia é “diretamente afetado por deficiências na cadeia de fiscalização, comando e controle” e que a “manipulação de atos estatais com o objetivo de fins não expressos no ordenamento jurídico são sempre ilegítimos e serão combatidos pelo MPF”.

Compartilho integralmente da avaliação do MPF e considero que a preservação e o desenvolvimento sustentável da Amazônia é mais que um objetivo do povo e do Estado brasileiro; é um valor civilizatório do século 21. Sua destruição é um crime contra a Constituição Federal que, no parágrafo 4º do artigo 225, define a Amazônia como patrimônio nacional. É também um crime contra a humanidade, dada a importância da região para a regulação climática do planeta e para a preservação da rica diversidade biológica e cultural que abriga.

O INPE é elemento central da estratégia do Estado brasileiro para garantir a preservação desse patrimônio. Criado em 1961, é o maior Instituto de Pesquisas do Brasil, cuja missão é produzir informações e tecnologias robustas nas áreas espacial e do ambiente terrestre, bem como disponibilizar produtos e serviços para o país, subsidiar suas políticas públicas e dar suporte à comunidade científica brasileira. O Instituto conta com pesquisadores de altíssimo nível e por isso participa dos principais fóruns mundiais nas áreas de suas especialidades. Desde 1988 vem desenvolvendo excelentes métodos e procedimentos para monitorar o desmatamento no bioma Amazônico e Cerrado,

razão pela qual alcançou elevada credibilidade. É considerado exemplo mundial de competência nessa área, sendo reconhecido como referência por organismos internacionais como a ONU.

O ministro Marcos Pontes precisa mostrar ao país quais são as garantias de que o INPE continuará a desenvolver seu trabalho científico de forma isenta e sem influências e interferências políticas. Sem essas garantias, retrocederemos, não só no desenvolvimento científico e tecnológico, mas, sobretudo, no esforço do país para desenvolver a Amazônia de forma sustentável.

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2019.

**Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)**